

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.621.621 - SP (2019/0343805-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTELA CRISTINA PAFUME
ADVOGADO : CLAUDIA CRISTINA BERTOLDO - SP159844
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACORDO HOMOLOGADO. NULIDADES. EXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA SEGURADA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por ESTELA CRISTINA PAFUME, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/SP assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Decisão que anulou acordo homologado por sentença sob o entendimento de vício de consentimento. Impossibilidade. Anulação sujeita ao rito do art. 966, § 4º, do CPC. Recurso da autarquia provido para determinar o prosseguimento da liquidação nos termos do acordo celebrado entre as partes.

2. Não foram opostos Embargos de Declaração.

3. Nas razões recursais, o agravante alega violação dos arts. 156, 157, 373, 465, § 2º, II, 473 e 489 do Código Fux. Aduz, em síntese, que não foi proferido Sentença de Mérito, não houve homologação de cálculos pelo Juízo, e o processo de execução é inexistente. Assim, não existe nos autos sentença terminativa e com trânsito em julgado. O que não observado, na íntegra, pelo Tribunal de Origem (fls.772).

4. É o relatório.

5. De início, cumpre destacar que a lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício. Observe-se, ademais, que não se

pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

6. No que diz respeito ao cumprimento de sentença do acordo homologado, o Tribunal de origem ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 761/762):

Cumpre esclarecer que, conforme o relatado, o acordo não estava condicionado à apresentação do cálculo como alegado. A agravada inicialmente requereu a apresentação da conta, ocasião em que a autarquia se manifestou sobre a impossibilidade. Após, a autora aceitou a proposta de fls.

282/ 288 dos autos originários, o qual é categórico ao dispor que:

(...)

Ademais, alegar a invalidade do acordo porque a autora não o assinou beira à má-fé, uma vez que a segurada está devidamente assistida por advogada, a qual possui poderes especiais para “ confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos” (fls. 21).

Por sua vez, com o trânsito em julgado formal da sentença homologatória, esta pode ser impugnada contanto que seja realizada por meio de ação anulatória própria, conforme dispõe o art. 966, § 4º, do CPC 2 ; situação que não ocorreu na hipótese.

Deste modo, não cabia ao M M . juiz de primeira instância desconstituir o acordo homologado, muito menos sem intimar a parte contrária para se manifestar acerca das alegações.

Eventuais divergências acerca do cálculo deverão ser discutidas em sede de liquidação e deverá observar o avençado, sem possibilidade de a autarquia impor descontos não previstos no documento de fls. 282/ 284.

Por oportuno, ressalta-se que o desconto de valores recebidos a título de auxílio-doença administrativamente não estão previstos no acordo celebrado entre as partes, apenas os oriundos de tutela antecipada, razão pela qual deverá a autarquia proceder com apresentação de novo cálculo, com obediência irrestrita ao combinado. Em consequência, deve também ser implantado o benefício de auxílio-acidente, caso ainda não tenha a autarquia procedido com a medida.

7. Desse modo, verifica-se que a análise do feito demanda o necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. CONDIÇÃO SUSPENSIVA. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUANTO AO CUMPRIMENTO POR UMA PARTE E DESCUMPRIMENTO PELA OUTRA. EXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. *Na hipótese, concluiu o Tribunal de origem pelo cumprimento da obrigação de escrituração de unidade habitacional, conforme estabelecido em acordo homologado judicialmente, sob o fundamento de que, pela documentação registral trazida aos autos, a dita escrituração somente poderia recair sobre aqueles que detinham o registro anterior, como de fato ocorreu. A alteração das premissas firmadas, no sentido de atender a pretensão da parte recorrente de que, descumprida a obrigação pelo agravado, é providência vedada no recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.*

2. *Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp. 109.654/GO, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 10.4.2017).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PACTUAÇÃO ABRANGENDO A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA COM BASE NA VARIAÇÃO CAMBIAL - NULIDADE NÃO EVIDENCIADA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE/RECORRENTE.

1. *Não há falar em violação ao art. 6º da Lei 8.880/94, porquanto o caso em tela possui peculiaridade em relação àqueles que ensejaram os precedentes desta Corte de Justiça inerentes à aplicação da Teoria da Imprevisão às avenças firmadas previamente à efetivação da*

Superior Tribunal de Justiça

maxidesvalorização do real frente ao dólar americano. In casu, segundo os fatos delineados pela Corte Estadual, as partes firmaram acordo judicial prevendo a incidência da variação cambial, cujas cláusulas regularam, inclusive, eventual desequilíbrio contratual superveniente (cláusula 8). Ora, interpretar de modo diverso àquele proveniente do Tribunal a quo as cláusulas da avença judicial culminaria, de forma direta, em inobservância aos ditames das Súmulas 5 e 7 desta Corte de Justiça.

2. *Para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ.*

3. *Agravo regimental desprovido.*

(AgRg nos EDcl no REsp. 1.230.731/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 28.10.2013).

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Segurada.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR